



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



THIAGO RAPHAEL BORGES DA SILVA

**A ÉTICA NO USO DA FORÇA POLICIAL: E SEUS NÍVEIS DE UTILIZAÇÃO DA  
FORÇA**

GOIÂNIA-GO

2024

THIAGO RAPHAEL BORGES DA SILVA

**A ÉTICA NO USO DA FORÇA POLICIAL: E SEUS NÍVEIS DE UTILIZAÇÃO DA  
FORÇA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Subtenente Everton Fernando Cavalcante de Jesus

GOIÂNIA-GO

2024

## A ÉTICA NO USO DA FORÇA POLICIAL: E SEUS NÍVEIS DE UTILIZAÇÃO DA FORÇA

### ETHICS IN THE USE OF POLICE FORCE: AND ITS LEVELS OF USE OF FORCE

Thiago Raphael Borges da Silva<sup>1</sup>

Everton Fernando Cavalcante de Jesus<sup>2</sup>

#### Resumo

A Ética no Uso da Força Policial é um tema crucial na contemporaneidade, exigindo uma análise multifacetada. Este estudo investiga os diferentes níveis de utilização da força pela polícia e seus desdobramentos éticos. A questão central reside na necessidade de balancear a segurança pública com o respeito aos direitos individuais e humanos. Abordar o tema requer compreensão das variáveis que influenciam a tomada de decisão dos agentes em situações de confronto. A ética policial deve ser embasada em princípios de justiça, proporcionalidade e respeito à dignidade humana. No entanto, há desafios na implementação desses princípios na prática, especialmente em contextos de tensão e violência. É essencial promover treinamentos e protocolos que capacitem os policiais a lidar com situações de forma ética e eficaz. O objetivo geral deste estudo é analisar a ética no uso da força policial, explorando os diversos níveis de sua aplicação, a fim de compreender os desafios éticos associados a essas práticas e propor medidas para aprimorar a integridade e responsabilidade no exercício da força policial. O estudo será realizado através de uma revisão de literatura e em meios eletrônicos e periódicos e artigos científicos com análise de diversos autores que versam sobre o tema, com intuito de aprofundamento dos conceitos que diversos autores publicaram sobre o tema. O que se pode concluir que a ética no uso da força policial é um tema multifacetado que requer uma abordagem holística, envolvendo não apenas os próprios policiais, mas também a sociedade civil, as instituições governamentais e os órgãos de controle. Somente por meio de um diálogo aberto e construtivo, aliado a políticas concretas e medidas eficazes, será possível promover uma atuação policial ética, responsável e em consonância com os princípios democráticos e os direitos humanos.

**Palavras-chave:** Ética; Força Policial; Níveis de Utilização; Segurança Pública; Direitos Humanos.

#### Abstract

Ethics in the Use of Police Force is a crucial topic in contemporary times, requiring a multifaceted analysis. This study investigates the different levels of use of force by the police and their ethical consequences. The central issue lies in the need to balance public security with respect for individual and human rights. Addressing the topic requires understanding the variables that influence agents' decision-making in confrontational situations. Police ethics must be based on principles of justice, proportionality and respect for human dignity. However, there are challenges in implementing these principles in practice, especially in

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, Email: t.borgespf@gmail.com. Telefone: (62) 62995176039

<sup>2</sup> Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito, Licenciatura e bacharelado em História e Docência do Ensino Superior. Email: fernandocavalcante52@gmail.com. Telefone: (62) 99112-4916

contexts of tension and violence. It is essential to promote training and protocols that enable police officers to deal with situations ethically and effectively. The general objective of this study is to analyze ethics in the use of police force, exploring the different levels of its application, in order to understand the ethical challenges associated with these practices and propose measures to improve integrity and responsibility in the exercise of police force. The study will be carried out through a literature review and in electronic media and periodicals and scientific articles with analysis of different authors who have read on the topic, with the intention of deepening the concepts that different authors have published on the topic. What can be concluded is that ethics in the use of police force is a multifaceted issue that requires a holistic approach, involving not only the police officers themselves, but also civil society, government institutions and control bodies. Only through an open and constructive dialogue, combined with concrete policies and effective measures, will it be possible to promote ethical, responsible police action in line with democratic principles and human rights.

Keywords: Ethics; Police Force; Usage Levels; Public security; Human rights.

## **1 INTRODUÇÃO**

O debate acerca da ética no uso da força policial emerge como um tópico crucial e multifacetado que permeia as esferas jurídicas, sociais e políticas. No cenário contemporâneo, a relação entre as forças de segurança e a sociedade civil ganha destaque, sendo vital compreender a ética subjacente às práticas policiais e os diversos níveis de utilização da força. Este tema transcende fronteiras geográficas e culturais, influenciando a percepção pública da aplicação da lei e questionando os limites éticos que delinham a atuação das forças policiais.

A ética no uso da força policial não se limita a uma mera dicotomia entre certo e errado, mas sim a um espectro complexo de considerações éticas, legais e morais. Desde situações que demandam intervenções mínimas até confrontos de alta intensidade, a aplicação da força policial requer uma análise crítica que considere a proporcionalidade, a necessidade e a legitimidade. Este contexto amplo envolve questões como treinamento adequado, supervisão eficiente e políticas institucionais que garantam a responsabilidade e a transparência. Diante desse panorama, é imperativo explorar a ética no uso da força policial sob diferentes perspectivas, compreendendo seus diversos níveis e os impactos diretos na integridade social e na confiança pública.

A ética no uso da força policial representa um tema de extrema relevância nos dias atuais, dada a crescente complexidade das situações enfrentadas pelas forças de segurança. A abordagem ética dessas questões não apenas reflete os valores fundamentais da sociedade, mas também influencia diretamente a eficácia das ações policiais e a confiança da comunidade nas instituições responsáveis pela manutenção da ordem. A ausência de uma

análise aprofundada sobre os diferentes níveis de utilização da força pode acarretar consequências graves, incluindo violações dos direitos humanos, aumento da tensão social e desconfiança generalizada na atuação policial.

Neste contexto, a presente pesquisa visa preencher uma lacuna significativa na compreensão dos aspectos éticos relacionados ao uso da força policial, especialmente considerando as nuances envolvidas em diferentes situações. Ao destacar as limitações das pesquisas anteriores nesse campo, pretende-se evidenciar a necessidade de uma abordagem mais abrangente e contextualizada.

Além disso, a pesquisa buscará explicitar os benefícios tangíveis que uma análise ética aprofundada pode proporcionar à Polícia Militar de Goiás, à sociedade em geral e ao avanço acadêmico. Ao identificar padrões éticos de comportamento e propor diretrizes claras, esta pesquisa tem o potencial de influenciar positivamente a prática policial, contribuindo para a construção de uma força de segurança mais justa, transparente e alinhada com os valores democráticos. Dessa forma, a presente investigação busca não apenas compreender o problema em questão, mas também fornece percepções valiosas que podem moldar políticas públicas, práticas operacionais e debates acadêmicos na área da segurança pública.

Sendo assim surge o seguinte questionamento: Como os diferentes níveis de utilização da força policial estão ética e socialmente conectados, e de que forma esses padrões éticos influenciam as decisões dos policiais ao empregar a força em situações específicas?

O objetivo geral deste estudo é analisar a ética no uso da força policial, explorando os diversos níveis de sua aplicação, a fim de compreender os desafios éticos associados a essas práticas e propor medidas para aprimorar a integridade e responsabilidade no exercício da força policial.

## **2 A ÉTICA NO USO DA FORÇA POLICIAL**

### **2.1 CONCEITO DE ÉTICA**

Pode-se conceituar a palavra ética como sendo uma parte da filosofia que lida com o que é moralmente benigno ou ruim, verdadeiro ou errado, pode-se falar, também, que ética e filosofia da moral são sinônimos.

O que parece ser um conceito simples e de simples zelo é, fato, uma definição complexa, pois conglomeram juízos de valor, não tão simples de ser empregados.

De acordo com Vazquez (1995, p. 12), o uso popular da palavra ética tem diversos significados, um deles, sempre citado, é que ética diz respeito aos princípios de comportamento que guiam uma pessoa ou grupo de pessoas.

Para Andreucci:

Ética e a disciplina do comportamento moral dos homens em sociedade é uma ciência, pois tem substância própria, regras próprias e metodologia própria, o componente da ética e a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento do indivíduo, o termo procede do termo romano *mores*, com a acepção de costumes, grupo de preceitos obtidos pelo costume reiterado de seu exercício (ANDREUCCI, 1994, p.22).

O elemento da ética é a moral positivada, que significa a união de regras de comportamento e maneiras de vida por meio das quais o indivíduo pretende a exercer a importância do benefício e da virtude.

## 2.2 ÉTICA E MORAL

A moral é objeto da ética, mas a ligação que se constrói entre a ética, um dos capítulos da teoria da conduta e a moralidade positiva, como fato cultural, e a mesma que pode ser localizada entre uma doutrina científica e seu objeto.

De acordo com Sá (2001, p.38), a palavra ética etimologicamente origina-se do grego *ethos*, que também significa costumes, a palavra moral provê do latim *mores*, que também significa costumes.

Segundo Vasquez (2007):

a ética e a moral de acordo com a história são formadas pelo processo de mudança entre as comunidades e as épocas. Os ensinamentos éticos essenciais nascem e se desenvolvem em diversas épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens, e, em particular pelo seu comportamento moral efetivo.

A ética é sinônimo da moral, entretanto, a ética é reflexo e avalia não o que o ser humano faz, mas o que ele precisaria fazer, já a moral é normativa e fixa regulamentos e tradições adquiridos ao longo da vida.

Finalizando, pode-se alegar que as expressões moral e ética são sinônimas, podendo uma trocar integralmente a outra, assim, nada proíbe que em vez de código de ética profissional, seja chamado de código de moral profissional.

### 2.3 UMA INTERVENÇÃO POLICIAL GUIADA PELOS PRINCÍPIOS ÉTICOS E MORAIS.

O progresso natural da harmonia numa sociedade está estreitamente ligado a um adequado desenvolvimento do papel da polícia, o qual não pode se desvincular das implicações éticas das atividades de segurança pública. Como indicado por Clemente (2016, p. 10), "se não há Estado sem polícia, também não há polícia sem ética: a ética policial é comumente expressa em um código deontológico, que molda os padrões de conduta do pessoal policial e se reflete na aplicação das medidas legais de polícia, como será esclarecido adiante.

Por conseguinte, a atuação da polícia deve ser orientada por princípios, valores e normas éticas, com o objetivo de moralizar suas intervenções e humanizar as relações interpessoais. Isso se refere à ética profissional, ou seja, aos problemas práticos de ordem socioprofissional enfrentados pelos membros de uma profissão, bem como às responsabilidades e expectativas inerentes à própria profissão. De acordo com Silva (2001), a ética profissional é "caracterizada pelo diálogo pluridisciplinar, permitindo a ampliação do problema identificado ao introduzir uma perspectiva que não seja redutora dos saberes especializados".

Segundo Clemente (2016), a polícia é considerada a guardiã da lei em prol da ética. Para o autor, há uma relação entre quatro conceitos, a saber, ética, violência, polícia e homem, sendo que "a ética eleva; a violência rebaixa: a polícia protege... O homem progride!" (CLEMENTE, 2016, p. 17). No entanto, ele argumenta que nem toda violência é negativa, pois em certas circunstâncias, o uso regulado da força é justificável, uma vez que "apenas o uso da força legítima, ou seja, da força policial, consegue deter o uso da força bruta, ou seja, da violência cega" (CLEMENTE, 2016, p. 18).

A atuação da polícia visa prevenir atos e condutas com graves repercussões sociais, concluindo-se que a polícia existe para prevenir o mal. Além disso, a polícia deve promover o bem na horizontalidade social, o que só é possível se a polícia agir de maneira ética irrepreensível, isto é, agir da forma mais correta possível, sempre de acordo com os padrões éticos.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a ética é o alicerce fundamental de uma sociedade democrática e de uma polícia reguladora e fiscalizadora de comportamentos, resultando na necessidade de formar Estados que possuam valores e um bem-comum de excelência. A ética

nos orienta pelo caminho, iluminando-o em direção ao bem-comum repleto de valores, e é assim que se pode garantir os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, assim como a dignidade da pessoa humana.

## 2.4 O USO DA FORÇA DA POLÍCIA MILITAR

A polícia tem a delegação e o aval da sociedade para restaurar a ordem e submeter os infratores às penalidades da lei. Ao executar tal função, muitas vezes é necessário o uso da força como instrumento de coerção para que a lei seja cumprida. Assim, o uso da força não é indiscriminado e não deve ser, em hipótese alguma, um instrumento de punição. A força só deve ser destinada aos que se mostrarem resistentes ao cumprimento da lei, de forma proporcional e nunca a mais que o necessário.

Assim, o papel da Polícia Militar nas manifestações de rua é de extrema importância, pois ela é a autoridade responsável por manter a ordem e pela segurança dos participantes. A polícia não só pode como deve estar presente, não como uma agente de repressão de um direito legal e assegurado do cidadão, mas para proteger os participantes, assegurar seu direito de se manifestar e evitar a prática de crimes e de vandalismo. A atuação das polícias em manifestações deve ser pautada na legalidade e o uso da força deve ocorrer somente em casos de extrema necessidade (ROVER, 2005).

Nos casos em que o uso da força se mostrar necessário, em seus diversos graus de intensidade, desde o uso de algemas, até o uso de armas de fogo, o policial deverá estar abrigado por uma circunstância que retira sua conduta do caráter de ilicitude.

Tais circunstâncias estão descritas no artigo 23 do Código Penal e são os casos de legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regulado direito.

Num Estado democrático de direito, a Lei Fundamental estabelece e define os limites da atuação das instituições, delineando os parâmetros jurídicos e o conjunto de valores a serem respeitados. A polícia, enquanto entidade representativa da força do Estado, tem a responsabilidade de manter a convivência na sociedade e preservar a comunidade, conforme destacado por Clemente (2016, p. 33), que afirma que "a comunidade humana necessita de uma autoridade que a governe". Apesar de o Estado manter o monopólio do uso da força e as forças de segurança serem legitimadas pelos cidadãos, é crucial entender que, em uma democracia, o uso da força não é um direito inerente às forças de segurança, mas sim uma

obrigação em determinadas circunstâncias, sempre com o propósito de interromper ou evitar violações dos direitos fundamentais (SILVA, 2001, p. 64).

A aplicação da força pela polícia se caracteriza como a possibilidade de realizar "atos capazes de ameaçar ou causar danos físicos aos cidadãos" (KLAHM; FRANK; LIEDERBACH, 2014). Isso ocorre somente em situações específicas, pois nem todas as atividades policiais envolvem o uso da força. Assim sendo, como representante da força do Estado, a atuação policial deve ser pautada pelo cumprimento das normas legais e valores éticos, buscando evitar o recurso à força. O uso indevido da força, através da aplicação de violência de maneira injustificada ou contrária a princípios éticos, comprometerá a legitimidade da polícia e, por consequência, do Estado.

Portanto, é correto afirmar que a "ética orienta a polícia" (CLEMENTE, 2016, p. 9) e, em um Estado democrático de direito, é fundamental que a atuação policial, especialmente quando envolve o uso da força, siga padrões que reforcem a legitimidade reconhecida pelos cidadãos.

### **3 METODOLOGIA**

A pesquisa adotará uma abordagem mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos para fornecer uma visão holística do tema. Uma revisão de literatura será realizada para estabelecer uma base teórica sólida e identificar lacunas existentes na compreensão da ética no uso da força policial. Utilizando questionários de perguntas fechadas, serão coletados dados quantitativos junto a policiais em diferentes níveis hierárquicos. Isso permitirá a quantificação das percepções sobre ética e os níveis de utilização da força.

De acordo com Gil (2008, p. 35), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado e disponível na forma de livros, artigos científicos, periódicos, jornais, revistas, enciclopédias, anuários, almanaques, na forma audiovisual ou em mídias digitais, tais como CDs, base de dados acessíveis via internet etc.

O estudo será realizado através de uma revisão de literatura e em meios eletrônicos e periódicos e artigos científicos com análise de diversos autores que versam sobre o tema, com intuito de aprofundamento dos conceitos que diversos autores publicaram sobre o tema.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ética no uso da força policial é um tema de extrema importância e que desperta debates acalorados em diversos setores da sociedade. Com o intuito de compreender melhor os níveis de utilização da força policial, foi realizado um questionário com 84 pessoas que concordaram em participar voluntariamente após assinarem um termo de adesão.

Os resultados do questionário revelaram algumas informações importantes sobre o perfil dos participantes. Em relação ao sexo, a maioria esmagadora, 86,9%, era do sexo masculino, enquanto apenas 13,1% eram do sexo feminino. Essa disparidade pode refletir a predominância masculina nas forças policiais em muitos países, o que pode influenciar as percepções e práticas em relação ao uso da força.

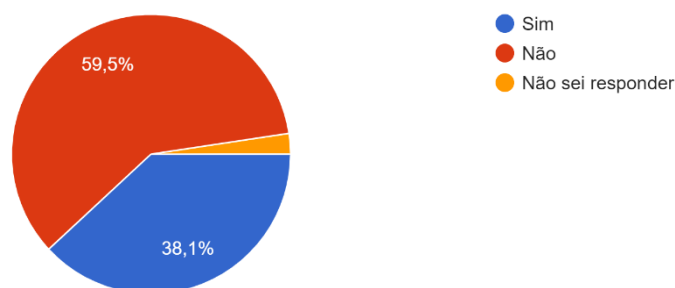
No que diz respeito à escolaridade, observou-se uma distribuição variada entre os participantes. Uma parcela significativa, 57,1%, tinha ensino superior completo, enquanto 20,2% possuíam apenas o ensino médio. Além disso, 9,5% tinham ensino superior incompleto e 11,9% possuíam pós-graduação. Essa diversidade de níveis educacionais pode influenciar a compreensão e a interpretação das questões éticas relacionadas ao uso da força policial, uma vez que pessoas com diferentes graus de instrução podem ter perspectivas distintas sobre o assunto.

Em relação à faixa etária, houve uma distribuição bastante equilibrada entre os grupos. As faixas etárias de 24 a 27 anos e de 27 a 30 anos foram as mais representativas, com 25% e 26,2% dos participantes, respectivamente. No entanto, também houve uma presença significativa de participantes nas faixas etárias de 21 a 24 anos (15,5%), de 30 a 33 anos (19%) e acima de 33 anos (9,5%). Essa diversidade etária pode refletir diferentes experiências de vida e de trabalho, o que pode influenciar as percepções e atitudes em relação ao uso da força policial.

Em suma, os resultados do questionário fornecem uma visão geral do perfil dos participantes e podem servir como base para futuras pesquisas e discussões sobre a ética no uso da força policial. É importante considerar essas informações ao analisar e interpretar as opiniões e atitudes em relação a esse tema tão complexo e delicado.

Você acredita que a força policial deve ser usada apenas em situações de extrema necessidade?

84 respostas



Os resultados da pesquisa revelaram que a maioria das pessoas (59,5%) acredita que a força policial deve ser usada apenas em situações de extrema necessidade. Isso sugere que a população valoriza a preservação da vida e a minimização do uso da força sempre que possível. Essa posição reflete uma preocupação ética com os direitos individuais e a dignidade humana, além de demonstrar uma desconfiança em relação ao potencial abuso de poder por parte das autoridades policiais.

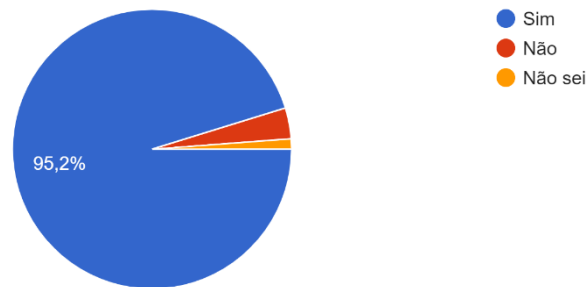
Por outro lado, uma parcela significativa das pessoas (38,1%) parece ser mais flexível em relação ao uso da força policial, indicando que acreditam que ela pode ser empregada em uma variedade maior de situações, mesmo que não sejam consideradas de extrema necessidade. Isso pode refletir uma visão mais pragmática da segurança pública, na qual a eficácia no combate ao crime é priorizada em detrimento de preocupações éticas ou de direitos individuais.

Além disso, uma pequena porcentagem das pessoas (2,4%) declarou não saber qual é a sua opinião sobre o assunto. Isso pode indicar uma falta de informação ou reflexão sobre o tema, o que ressalta a importância de promover o debate público e a conscientização sobre as questões éticas envolvidas no uso da força policial.

Em resumo, os resultados da pesquisa mostram que a sociedade está dividida em relação à ética no uso da força policial, com diferentes visões sobre quando e como ela deve ser empregada. Isso ressalta a complexidade do tema e a necessidade de se encontrar um equilíbrio entre a garantia da segurança pública e o respeito aos direitos individuais.

Você concorda que os policiais devem receber treinamento adequado sobre o uso ético da força?

84 respostas



De acordo com uma pesquisa realizada sobre o assunto, 95,2% das pessoas concordam que os policiais devem receber treinamento adequado sobre o uso ético da força. Esse alto índice de concordância reflete a percepção generalizada de que o treinamento é essencial para garantir que os policiais estejam preparados para lidar com situações que exijam o uso da força, ao mesmo tempo em que respeitam os direitos e a dignidade das pessoas envolvidas.

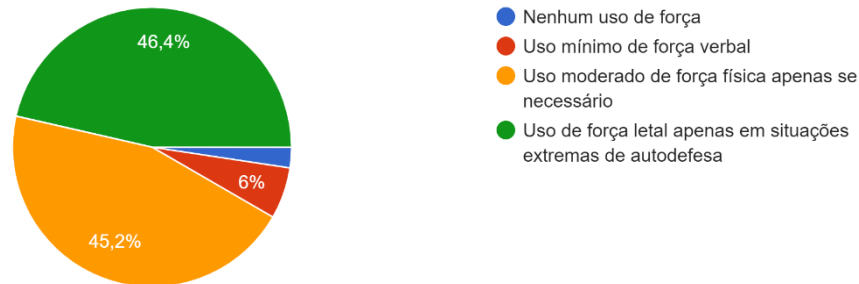
É importante ressaltar que o treinamento sobre o uso ético da força não se limita apenas às técnicas físicas, mas também engloba aspectos como a compreensão dos princípios éticos e legais que regem o uso da força, a capacidade de avaliar adequadamente a necessidade e a proporção da força a ser empregada em cada situação, e o desenvolvimento de habilidades de comunicação e resolução de conflitos que possam ajudar a evitar o uso desnecessário da força.

Os resultados da pesquisa também indicam que apenas 3 pessoas discordam da necessidade de treinamento adequado sobre o uso ético da força por parte dos policiais, enquanto 1 pessoa não tem uma opinião formada sobre o assunto. Esses números sugerem que a grande maioria das pessoas reconhece a importância do treinamento ético para a atuação policial, embora existam algumas opiniões divergentes.

Em resumo, o treinamento adequado sobre o uso ético da força policial é fundamental para garantir a segurança, a eficácia e a legitimidade das operações policiais. Ao investir na formação dos policiais nessa área, é possível promover uma atuação mais responsável, transparente e respeitosa, contribuindo para a construção de uma relação de confiança e colaboração entre a polícia e a comunidade que ela serve.

Em sua opinião, qual seria o nível mais aceitável de força policial em uma abordagem rotineira?

84 respostas



Em uma abordagem rotineira, a escolha do nível de força policial a ser empregado pode fazer toda a diferença no resultado da interação entre os agentes de segurança e os cidadãos. Por isso, é fundamental buscar um equilíbrio entre a necessidade de proteção da sociedade e o respeito aos direitos individuais.

Ao analisar os resultados da pesquisa sobre o nível mais aceitável de força policial em uma abordagem rotineira, observamos que a maioria das pessoas entrevistadas (38 pessoas) optou pelo "uso moderado de força física apenas se necessário". Isso indica que há uma compreensão de que a força policial pode ser necessária em determinadas situações, mas deve ser empregada de forma parcimoniosa e proporcional à ameaça enfrentada.

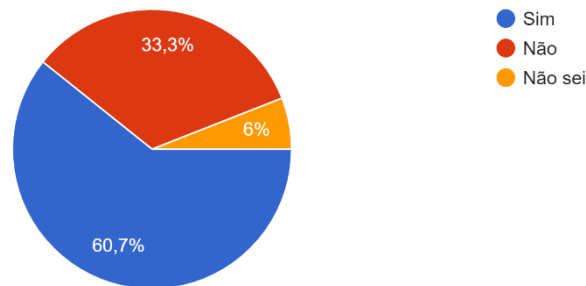
Por outro lado, um número significativo de entrevistados (39 pessoas) defendeu o "uso de força letal apenas em situações extremas de autodefesa". Isso sugere que há uma preocupação com a preservação da vida, tanto dos policiais quanto dos cidadãos, e que o uso de armas de fogo deve ser restrito a circunstâncias em que não há outra alternativa viável para proteger a integridade física.

Por fim, uma minoria dos entrevistados (5 pessoas) considerou aceitável apenas o "uso mínimo de força verbal". Embora a comunicação seja uma ferramenta importante na atuação policial, é importante reconhecer que nem sempre é possível resolver uma situação apenas com palavras, especialmente em contextos de confronto ou violência.

Em suma, os resultados da pesquisa indicam que há uma tendência em favor do uso responsável e proporcional da força policial, priorizando a preservação da vida e dos direitos humanos. Isso reforça a importância de políticas públicas e treinamentos que promovam uma atuação ética e eficaz por parte das forças de segurança.

Você acredita que a força policial é usada de forma justa e equitativa em todas as comunidades?

84 respostas



A atuação das forças policiais deve estar pautada em princípios éticos e morais, visando garantir a segurança pública de forma justa e equitativa para todos os cidadãos.

No entanto, quando analisamos os resultados de pesquisas ou enquetes sobre a percepção da população em relação ao uso da força policial, observamos que existe uma divisão de opiniões. No caso específico dos dados fornecidos, vemos que uma parcela significativa da população (60,7%) acredita que a força policial é utilizada de forma justa e equitativa em todas as comunidades. Isso pode refletir uma confiança nas instituições policiais e na sua capacidade de agir de maneira ética e responsável.

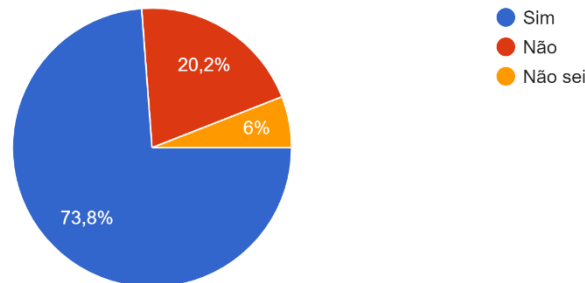
Por outro lado, 33,3% das pessoas entrevistadas não acreditam que a força policial seja utilizada de forma justa e equitativa em todas as comunidades. Essa parcela da população pode ter experienciado ou presenciado casos de abuso de poder ou violência por parte das forças policiais, o que gera desconfiança e questionamentos sobre a sua conduta ética.

Além disso, 6% das pessoas entrevistadas declararam não ter uma opinião formada sobre o assunto. Isso pode indicar uma falta de informação ou interesse sobre o tema, ou ainda uma indecisão em relação à conduta ética da polícia.

Em suma, os resultados da pesquisa mostram que há uma diversidade de opiniões e percepções sobre a ética no uso da força policial. Essa é uma questão complexa que envolve não apenas a conduta dos policiais, mas também as políticas de segurança pública, o treinamento e capacitação das forças policiais, o controle e a fiscalização das atividades policiais, entre outros fatores. A busca por uma atuação policial ética e responsável é um desafio constante que requer o engajamento de toda a sociedade.

Você concorda que a prestação de contas é fundamental para garantir o uso ético da força policial?

84 respostas



Um aspecto fundamental para assegurar o uso ético da força policial é a prestação de contas. A transparência e a responsabilização dos agentes públicos são essenciais para garantir que o uso da força seja legítimo e proporcional. Quando os policiais são submetidos a mecanismos de prestação de contas, como relatórios de incidentes, investigações independentes e análises de conformidade, há uma maior probabilidade de que abusos e violações sejam identificados e corrigidos.

Neste contexto, é interessante observar os resultados de uma pesquisa sobre a opinião pública em relação à prestação de contas no uso da força policial. Segundo os dados, 73,8% das pessoas concordam que a prestação de contas é fundamental, enquanto 20,2% discordam e 6% não têm uma opinião formada.

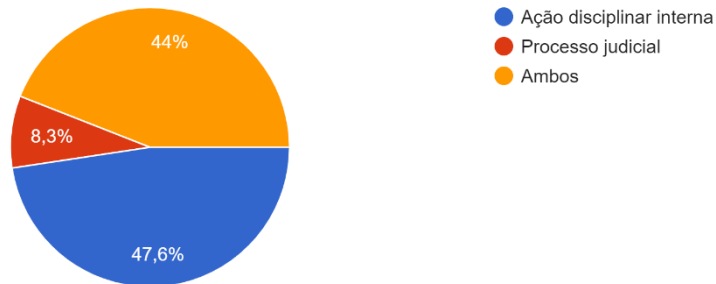
Esses resultados refletem uma ampla aceitação da importância da prestação de contas na atividade policial. A maioria das pessoas reconhece que a transparência e a responsabilização são necessárias para garantir que a força seja utilizada de maneira ética e legal. Por outro lado, é preocupante o fato de que uma parcela significativa da população ainda não reconhece a importância desse aspecto.

Diante disso, é fundamental que as autoridades públicas e as instituições policiais invistam em medidas que promovam a prestação de contas e a transparência. Isso inclui o fortalecimento de mecanismos de controle interno e externo, o treinamento adequado dos agentes policiais e o estabelecimento de canais eficazes para receber e investigar denúncias de abusos.

Em suma, a ética no uso da força policial depende, em grande medida, da existência de mecanismos eficazes de prestação de contas. A sociedade deve continuar pressionando por uma maior transparência e responsabilização das forças de segurança, garantindo assim que a proteção dos direitos humanos seja priorizada em todas as circunstâncias.

Em sua opinião, qual seria a melhor abordagem para lidar com um policial que abusa de sua autoridade usando força excessiva?

84 respostas



Uma pesquisa recente sobre a melhor abordagem para lidar com policiais que abusam de sua autoridade usando força excessiva revelou que 47,6% dos entrevistados acreditam que a ação disciplinar interna seria a melhor forma de lidar com esses casos. Isso sugere que muitas pessoas confiam no sistema de justiça interna das forças policiais para investigar e punir os casos de abuso.

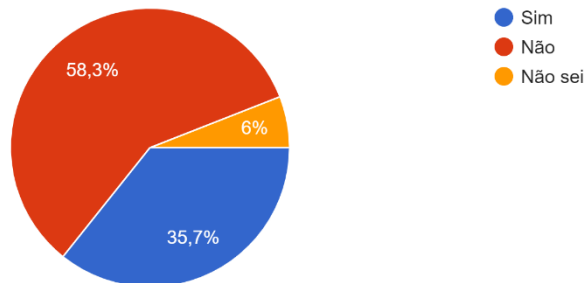
Por outro lado, 8,3% dos entrevistados defenderam a abordagem de recorrer ao processo judicial para lidar com policiais que usam força excessiva. Essa opção sugere uma falta de confiança no sistema interno de disciplina e uma preferência por uma abordagem mais independente e transparente.

Surpreendentemente, 44% dos entrevistados defenderam a aplicação de ambas as abordagens, combinando ação disciplinar interna com processo judicial. Isso pode indicar uma busca por uma abordagem mais abrangente e rigorosa para garantir que os policiais responsáveis por abusos sejam responsabilizados por suas ações.

Em última análise, os resultados dessa pesquisa destacam a complexidade do tema e a diversidade de opiniões sobre a melhor forma de lidar com o uso da força policial. Encontrar um equilíbrio entre a responsabilização dos policiais e a preservação da confiança nas instituições policiais é um desafio contínuo que exige uma abordagem cuidadosa e baseada em princípios éticos sólidos.

Você acredita que a implementação de câmeras corporais pode reduzir casos de uso indevido de força policial?

84 respostas



Uma das medidas que tem sido discutida como forma de promover uma maior transparência e responsabilização no uso da força policial é a implementação de câmeras corporais. Esses dispositivos gravam as interações dos policiais com o público, proporcionando um registro objetivo e imparcial dos eventos.

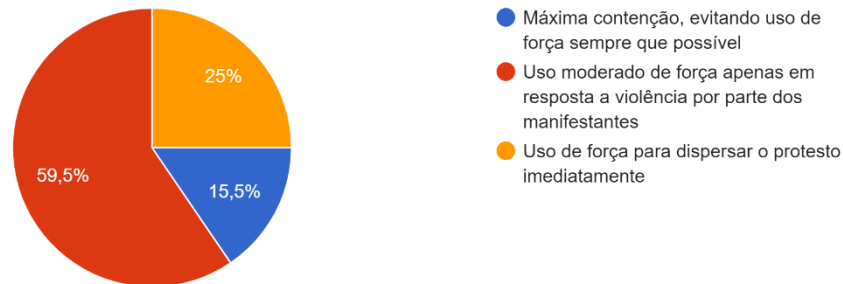
Os resultados da pesquisa mostram que 35,7% das pessoas acreditam que a implementação de câmeras corporais pode reduzir casos de uso indevido de força policial, enquanto 58,3% não acreditam nisso. Além disso, 6% afirmam não saber.

Esses resultados sugerem que há uma divisão de opiniões sobre a eficácia das câmeras corporais na redução do uso indevido da força policial. Aqueles que acreditam na eficácia desses dispositivos provavelmente confiam na capacidade das câmeras de fornecer evidências objetivas e transparentes em caso de denúncias de abuso policial. Por outro lado, aqueles que não acreditam na eficácia das câmeras corporais podem ter preocupações sobre questões como a manipulação das gravações ou a falta de consequências para os policiais que cometem abusos, mesmo quando as gravações estão disponíveis.

Em última análise, a implementação de câmeras corporais é apenas uma das muitas medidas que podem ser adotadas para promover a ética no uso da força policial. É importante que essas medidas sejam acompanhadas por políticas claras, treinamento adequado para os policiais e sistemas eficazes de responsabilização para garantir que a aplicação da lei seja realizada de forma justa, transparente e respeitosa dos direitos humanos.

Em situações de protestos civis, qual deve ser a postura da força policial em relação ao uso de força?

84 respostas



Os resultados da pesquisa indicam que a maioria das pessoas (59,5%) acredita que a força policial deve ser utilizada de forma moderada, apenas em resposta à violência por parte dos manifestantes. Isso sugere uma abordagem proporcional, em que a força é empregada como último recurso, após esgotadas todas as outras alternativas de resolução pacífica do conflito.

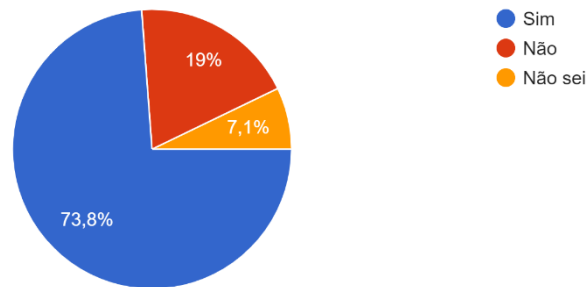
Por outro lado, uma parcela significativa (25%) acredita que a força policial deve ser usada para dispersar o protesto imediatamente. Essa postura pode ser vista como uma abordagem mais autoritária e repressiva, em que a prioridade é acabar com o protesto o mais rápido possível, independentemente do nível de violência presente.

A minoria (15,5%) que defende a máxima contenção, evitando o uso de força sempre que possível, representa uma abordagem mais pacifista e centrada na proteção dos direitos dos manifestantes. Essa postura valoriza a negociação, o diálogo e a desescalada do conflito como formas de resolver as tensões de maneira pacífica e democrática.

Em última análise, a ética no uso da força policial em protestos civis envolve um delicado equilíbrio entre a proteção dos direitos individuais e coletivos, a manutenção da ordem pública e o respeito aos princípios democráticos. É importante que as autoridades policiais sejam treinadas e orientadas para agir de forma responsável, ética e proporcional em todas as situações, buscando sempre preservar a vida, a integridade física e os direitos fundamentais de todos os envolvidos.

Você acredita que a cultura policial influencia significativamente no uso ético da força?

84 respostas



De acordo com os resultados fornecidos, uma grande maioria (73,8%) acredita que a cultura policial tem uma influência significativa no uso ético da força. Isso sugere que as percepções e as atitudes dos policiais em relação à força são moldadas pelo ambiente em que trabalham, incluindo o treinamento recebido, as políticas organizacionais e a cultura institucional.

Por outro lado, uma parcela significativa (19%) não acredita que a cultura policial tenha um impacto relevante no uso ético da força. Essas pessoas podem argumentar que a ética individual e a formação profissional são mais determinantes do que a cultura organizacional na tomada de decisões éticas pelos policiais.

É importante destacar que uma pequena parte (7,1%) não tem certeza sobre a influência da cultura policial no uso ético da força. Essas pessoas podem reconhecer a complexidade do tema e a necessidade de considerar múltiplos fatores ao analisar as questões éticas relacionadas à atuação policial.

Em suma, os resultados indicam que a maioria das pessoas acredita que a cultura policial desempenha um papel significativo no uso ético da força. No entanto, é importante continuar discutindo e debatendo sobre esse tema para promover uma abordagem mais ética e responsável por parte das instituições policiais.

## 5 CONCLUSÃO

Em um contexto onde a ética no uso da força policial é crucial, os dados coletados por meio de questionários oferecem insights valiosos sobre as percepções e atitudes da sociedade em relação a essa questão complexa. A análise dos resultados revelou uma diversidade de opiniões, refletindo a complexidade e a sensibilidade do tema em debate.

Primeiramente, os dados destacam a importância do treinamento adequado dos policiais no uso ético da força, com uma esmagadora maioria concordando com essa necessidade. Isso sugere um reconhecimento generalizado da importância de capacitar os agentes de segurança para agir de maneira responsável e respeitosa, priorizando a proteção dos direitos individuais e a preservação da vida.

Além disso, a pesquisa evidencia uma divisão de opiniões em relação aos níveis aceitáveis de uso da força policial em diferentes contextos, seja em abordagens rotineiras, protestos civis ou situações de autodefesa. Essa diversidade de perspectivas destaca a necessidade de políticas públicas e diretrizes claras que orientem as ações dos policiais, garantindo uma aplicação justa e proporcional da força.

Outro ponto relevante é a percepção sobre a cultura policial e seu impacto no uso ético da força. A maioria reconhece a influência significativa desse contexto organizacional na conduta dos policiais, ressaltando a importância de promover uma cultura institucional que valorize a ética, a transparência e a prestação de contas.

Além disso, a pesquisa revela divergências quanto à eficácia de medidas como o uso de câmeras corporais na redução de abusos policiais, destacando a necessidade de uma abordagem multifacetada que englobe não apenas tecnologias, mas também políticas de supervisão e responsabilização.

Diante desses resultados, fica claro que a ética no uso da força policial é um tema multifacetado que requer uma abordagem holística, envolvendo não apenas os próprios policiais, mas também a sociedade civil, as instituições governamentais e os órgãos de controle. Somente por meio de um diálogo aberto e construtivo, aliado a políticas concretas e medidas eficazes, será possível promover uma atuação policial ética, responsável e em consonância com os princípios democráticos e os direitos humanos.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDREUCCI, Bruno Pedro. **A problemática da ética nas profissões liberais**. Boletim CRC-SP, nº 106, 1994.

CLEMENTE, P. **Ética Policial - Notas Breves**. Lisboa: ISCPSI, 2016.

KLAHM, C. F.; FRANK, J.; LIEDERBACH, J. **Understanding police use of force Rethinking the link between conceptualization and measurement**. Policing in international journal of police strategies and managment, v. 37(3), p. 557-578, August 2014.

ROVER, C. **Manual do Instrutor. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança**. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2005.

SÁ, A. L. **Ética profissional**. 9 Ed. São Paulo: Atlas, 2001;

SILVA, G. M. **Ética Policial e Sociedade Democrática**. Lisboa: ISCPSI, 2001

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 12 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1997.